

# Governo implanta 200 escolas de ensino profissionalizante no País

Em todos os estados brasileiros há atualmente vinte escolas técnicas e três centros federais de educação tecnológica (Cefet) que funcionam há oitenta anos. Esses colégios dão prosseguimento à iniciativa do ex-presidente da República, Nilo Peçanha, de criar por decreto as Escolas de Aprendizes e Artífices.

No Brasil, onde o ensino acadêmico sempre teve a preferência das classes dominantes, sempre se travou uma luta silenciosa, por parte de educadores, políticos e homens de empresas, para garantir ao ensino profissionalizante a mesma importância, direitos e prerrogativas concedidos ao ensino tradicional. Em 1909, quando Nilo Peçanha entendeu de estabelecer em cada uma das capitais uma escola de aprendizes artífices, houve resistência por parte de uma sociedade tipicamente agrária. À medida faltava a perspectiva do desenvolvimento industrial do País realizada a partir da Revolução de 30 e principalmente após a II Guerra Mundial.

Doze anos após essa medida do ex-presidente Peçanha, o então deputado Fidelis Reis lutou para que o ensino técnico no País fosse obrigatório, mas foi derrotado em suas pretensões pela mesma mentalidade que apoiava somente o ensino clássico e acadêmico. Na década de 30, com Getúlio Vargas, concretizou-se um sistema de ensino técnico e profissional, com possibilidade de acesso dos seus alunos ao ensino universitário, o que só era possível aos formandos das escolas secundárias.

Gustavo Capanema, à época ministro da Educação, estabelece as bases do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que se impuseram em todo o País, até o momento atual, pelo excelente ensino profissionalizante em todo o País. Em 1942 foram criadas as Escolas Técnicas de Química e Escola Técnica Nacional, no antigo Estado da Guanabara, além da Escola Técnica de Pelotas (Rio Grande do Sul) e, em 1944, a Escola Técnica de Ouro Preto (MG).

Somente na década de 60 o ensino técnico nacional obteve uma vitória: a sua equiparação total ao ensino acadêmico, sem restrições. Na década de 40 os alunos das escolas técnicas só podiam cursar universidade em áreas afins.

## Desenvolvimento

Somente a partir de 1986 o Ministério da Educação, através do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), reformou as metas e instituiu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, com os seguintes

objetivos: expansão e melhoria do ensino de 2º grau; ajuste da oferta desse nível de ensino às exigências de um mercado de trabalho em plena expansão; ampliação das alternativas de formação do nível de ensino, evitando-se estrangulamento no acesso ao curso superior e, principalmente, a determinação de se instalar e melhorar mais duzentas novas escolas técnicas industriais, agrotécnicas e agrícolas em nível de primeiro grau, em todo o país.

Essas novas escolas vêm sendo implantadas em centros urbanos com estágio de desenvolvimento industrial desenvolvido, desde que não sejam capitais de Estado. Serão unidades descentralizadas, em localidades onde seria remota a instalação de escolas técnicas de bom nível. O programa em foco recomenda a adoção de escolas agrícolas de 1º grau, quinta a oitava oitavas séries.

Na avaliação de assessores do Ministério da Educação, a

retomada dessa modalidade de ensino, que proporciona uma escolarização completa ao interior do País, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, pode ser considerada um dos passos mais importantes da história do ensino técnico no Brasil, consolidando definitivamente o sistema de escolas técnicas. Na avaliação da Secretaria de Ensino do 2º Grau do Ministério da Educação, o aluno de uma escola técnica deverá concluir o seu curso com condições plenas de participar da sociedade moderna e atuante e lutar pela sua transformação.

Nos últimos três anos o Programa aplicou (em valores corrigidos) NCz\$ 5,7 milhões no ensino de primeiro grau e outros NCz\$ 10 milhões em ensino de 2º Grau. (Ver quadro anexo)

## DIRETRIZES

As diretrizes do I PND-NR

para o setor de educação ressaltam o ensino como prioridade social e enfatizam a necessidade de se renovar todo o sistema, nos seus diversos níveis. A Secretaria de Ensino do 2º Grau (SESG) propôs como linha prioritária de ação, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), deflagrado em 24 de fevereiro de 1986 pelo presidente José Sarney.

O Protec não se restringe ao aumento da rede escolar já existente mas procura melhorar a formação educacional, tendo por base as mudanças econômico-sociais do Brasil, que exige um ensino qualificado, moderno e universal, aberto às conquistas internas e externas. Nesse contexto, o ensino profissionalizante e técnico deve assumir uma visão abrangente do mundo técnico e científico e também do conhecimento humanístico. Na avaliação da Secretaria, "a nova visão do ensino técnico deverá ir além das clássicas possibilidades do ensino industrial e agrícola e estar voltada para a contemporaneidade, contemplando tanto a oferta de ensino relacionado com os serviços que compreendem as áreas de saúde, comércio, segurança do trabalho, cultural, de formação de professores quanto a de serviços modernos, a exemplo da Informática e da Biotecnologia".

Desta forma, o programa responde à diretriz nova do governo federal e lança um novo significado à formação dos técnicos de nível médio e novas bases para o estabelecimento de uma política nacional de ensino técnico no País.

## METAS

As 200 escolas técnicas de primeiro e segundo graus que se pretende implantar até a década de 90 deverão formar 35 mil profissionais de 2º grau e pré-qualificar na área agrícola um total de 17. 280 alunos de 1º Grau no meio rural, anualmente. Serão atendidos tanto o interesse do aluno em conseguir um ensino de boa qualidade quanto da sua comunidade, com os seguintes objetivos básicos: atender às realidades diversas encontradas no País; interiorizar o ensino profissional; diversificar as habilitações profissionais, segundo o mercado de trabalho; levar a comunidade a decidir na criação e organização das escolas; integrar as diferentes instituições existentes, para se obter maior eficiência nos objetivos previstos; criação de cursos multiprofissionais e atendimento gratuito aos alunos.

Atualmente, há 47 escolas concluídas e 25 em fase de conclusão da segunda etapa, incluindo a aquisição dos equipamentos.